

Lisboa, 17.12.2009

Sua Excelência o

Sr. Presidente do Conselho Nacional do Desporto

Sr. Dr. Laurentino José Monteiro de Castro Dias

Lisboa

Ref^a

Pedido de Demissão da Direcção da CAJAP

Fiscalidade dos Árbitros

Na sequência do meu contacto telefónico de ontem à noite – no qual lhe comuniquei que a Direcção da CAJAP apresentou ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral o pedido de demissão colectiva – venho comunicar a V. Exa. que a razão do pedido de demissão colectiva se prende com

. por um lado, o facto de a Direcção se ter proposto como o seu maior e ambicioso objectivo a publicação do Despacho Conjunto relativo à problemática da regulamentação das Bolsas de Formação Desportiva (previstas no Código do IRS desde o dia 01 de Janeiro de 2008) e tal objectivo não ter sido atingido (tendo, sempre, a CAJAP transmitido aos



Árbitros que – tal como o Governo o ia afirmando – o assunto seria resolvido até ao final da legislatura há pouco terminada) e,

. por outro lado, o facto de tal *falhanço* se dever, na essência, ao facto de o Governo – que, à última hora, introduziu uma ideia que nunca tinha sido “*falada*” (a da aplicação dos benefícios apenas a árbitros com não mais de 30 anos) - não ter conseguido formular um texto ajustado e que fosse aceite pelos Árbitros e os seus lícitos representantes, resolvendo, paralelamente, a adjacente questão das contribuições para a Segurança Social.

Por isso mesmo, os membros da Direcção da CAJAP aprovaram, e subscreveram, o Documento que ora tenho a oportunidade de, em Anexo, remeter a V. Exa. (documento que resume a essência dos vários “*passos*” da questão da Fiscalidade).

Por isso, entende a Direcção da CAJAP que, neste quadro sócio-desportivo, não faz sentido, neste momento, que seja empossado o representante dos Árbitros desportivos como membro do Conselho Nacional do Desporto.

Não posso, no entanto, terminar esta missiva sem que tenha que reconhecer que, se bem que tenha havido alguns “*recuos*” legislativos no Projecto do Regime Jurídico das Federações Desportivas – que, espera-se, tenham sido meramente circunstanciais e que sejam, por isso, venham a ser «*corrigidos*» na presente legislatura - se produziu, legislativamente, e exceptuada a mencionada questão da regulamentação das Bolsas de Formação Desportiva, todo um conjunto de legislação em benefício dos Árbitros desportivos como nunca qualquer outro Governo fez, até hoje, em Portugal e que, acredita-se, será melhorado e aperfeiçoado nos próximos 4 anos de legislatura.

Por último, não posso deixar de enviar uma mensagem de saudação e agradecimento



. não só a V. Exa. e a todos os demais Conselheiros, pelo excelente trabalho produzido durante o último Conselho Nacional do Desporto do qual tive a honra de fazer parte como o primeiro representante dos Árbitros, se bem que amplamente facilitado pelo igualmente excelente trabalho dos Srs. Relatores, estes sábia e doutamente antecédidos pelo suporte da *intelligentia* dos autores dos Projectos de Diplomas, Sr. Dr. José Manuel Chabert e Sr. Dr. José Fanha Vieira,

. mas também à Sr.^a Dr.^a Maria do Carmo Albino, pelo apoio que, de modo igual, prestou a todos e pelo elevado brio, zelo e competência como transpôs para as Actas uma marcante parte da História do Desporto de este mais velho País da Europa.

Desejando a todos os membros do Conselho Nacional do Desporto o melhor sucesso quer nos novos trabalhos quer na sua vida pessoal e desportiva, apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

António Sérgio

Presidente da Direcção da CAJAP